

VIRUS

29

O DIGITAL E O SUL: TENSIONAMENTOS VOL. 2

PORTUGUÊS-ESPAÑOL | ENGLISH
REVISTA . JOURNAL
ISSN 2175-974X
CC-BY-NC-SA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
NOMADS.USP
REVISTAS.USP.BR/VIRUS
DEZEMBRO 2024



VI 29

O DIGITAL E O SUL: TENSIONAMENTOS VOL. 2
THE DIGITAL AND THE SOUTH: QUESTIONINGS VOL. 2
LO DIGITAL Y EL SUR: CUESTIONAMIENTOS VOL. 2

EDITORIAL

- 001 O DIGITAL E O SUL: TENSIONAMENTOS VOL. 2
THE DIGITAL AND THE SOUTH: QUESTIONINGS VOL. 2
LO DIGITAL Y EL SUR: CUESTIONAMIENTOS VOL. 2
MARCELO TRAMONTANO, JULIANO PITA, PEDRO TEIXEIRA, CAIO NUNES, ISABELLA CAVALCANTI, RENAN TEIXEIRA, ALINE LOPES

ENTREVISTA

- 004 O TECNOCENO E O RESTABELECIMENTO DE UM HORIZONTE DE URGÊNCIA
THE TECHNOCENE AND THE REESTABLISHMENT OF A HORIZON OF URGENCY
EL TECNOCENO Y EL RESTABLECIMIENTO DE UN HORIZONTE DE URGENCIA
HENRIQUE PARRA, PEDRO TEIXEIRA, MARIO VALLEJO

ÁGORA

- 015 DA DISFORIA COMO POTÊNCIA DAS CONTRADIÇÕES: UMA APOSTA DE PAUL B. PRECIADO
DYSPHORIA AS THE POTENCY OF CONTRADICTIONS: A BET BY PAUL B. PRECIADO
MARCOS BECCARI
- 024 ESTRUTURAS DIGITAIS / ESTRUTURAS URBANAS MODERNAS
DIGITAL FRAMEWORKS / MODERN URBAN FRAMES
CARLOS FEFERMAN
- 034 SUL GLOBAL À DERIVA: REGULAÇÃO DIGITAL NA UNIÃO EUROPEIA E NO BRASIL
GLOBAL SOUTH ADRIFT: DIGITAL REGULATION IN THE EUROPEAN UNION AND BRAZIL
MAGNO MEDEIROS
- 044 ATIVISMO DIGITAL E (DES)REGULAÇÃO DE PLATAFORMAS NO CONTEXTO ELEITORAL
DIGITAL ACTIVISM AND PLATFORM (DE)REGULATION IN ELECTORAL CONTEXT
ARNALDO DE SANTANA SILVA, MILENA CRAMAR LÔNDERO, VITÓRIA SANTOS

- 054

COSMOPLATAFORMIZAÇÃO: PLATAFORMAS DIGITAIS A PARTIR DO SUL GLOBAL

COSMOPLATFORMIZATION: DIGITAL PLATFORMS FROM THE GLOBAL SOUTH

ELI BORGES JUNIOR, EVANDRO LAIA, BRUNO MADUREIRA
- 063

BOTS SOCIAIS: UMA CONTROVÉRSIA SOCIOTÉCNICA

SOCIAL ROBOTS: A SOCIO-TECHNICAL CONTROVERSY

RAMON FERNANDES LOURENÇO
- 072

TERRA, LIBERDADE E DIVERSIDADE: METÁFORAS PARA O MUNDO DIGITAL?

LAND, FREEDOM, AND DIVERSITY: METAPHORS TO THE DIGITAL WORLD?

LUCCA AMARAL TORI
- 082

ENTRE JANELAS FÍSICAS E VIRTUAIS: ABERTURAS DO MORAR NA PANDEMIA

BETWEEN PHYSICAL AND VIRTUAL WINDOWS: OPENINGS OF LIVING IN THE PANDEMIC

PAULA LEMOS VILAÇA FARIA

PROJETO

- 091

CONJUNTO ECOLÓGICO

ECOLOGICAL ENSEMBLE

ANA CECILIA PARRODI ANAYA

TERRA, LIBERDADE E DIVERSIDADE: METÁFORAS PARA O MUNDO DIGITAL?

LAND, FREEDOM, AND DIVERSITY: METAPHORS TO THE DIGITAL WORLD?

LUCCA AMARAL TORI

Lucca Amaral Tori é Bacharel em Ciências e Humanidades e em Políticas Públicas pela Universidade Federal do ABC e Mestre em Ciências pelo Programa Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades do Centro Diversitas da FFLCH-USP. É doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo. Pesquisa comunicação digital, comunicação política, mediações tecnológicas, redes sociais, redes sociotécnicas e métodos de pesquisas no ambiente digital. lucca.tori@usp.br

<http://lattes.cnpq.br/8173835622089437>

Resumo

Podemos elaborar metáforas sobre o ambiente complexo, dinâmico e sempre em expansão das redes digitais, como o fez o trabalho de Castells (2003) sobre a Galáxia da Internet. Porém, com seus novos usos – mesmo com a expansão de acesso da população em geral –, temos a ideia de uma possível contradição: a potencial galáxia infinita da Internet estaria cada vez mais limitada a um mundo fechado. Outra possível metáfora, que será defendida ao longo deste artigo, é a noção da terra (ou solo) como algo vivo, dinâmico, complexo e repleto de entidades vivas, como nos mostra o pensamento dos Yanomamis (Kopenawa & Albert, 2019). Tal imagem de terra como metáfora pode servir também como exemplo do que a Internet pode ser, ou poderia ter sido, em contraposição à pobreza da visão sobre terra do homem branco (Kopenawa & Albert, 2019). Este sujeito ocidentalizado e eurocêntrico a vê como algo morto ou como recurso para lucro, focando-se na monocultura da terra, ou seja, no empobrecimento da diversidade de vida (Shiva, 2003). Neste sentido, este artigo traz o pensamento de diferentes autores do Sul Global sobre uma concepção mais complexa, dinâmica e viva da terra, demonstrando como este arcabouço pode constituir uma arma teórica para se pensar a Internet, suas tensões e possibilidades, a partir do contexto brasileiro. Portanto, questionamos: até que ponto a metáfora das redes digitais como terra, ou seja, esse solo vivo, complexo, belo e diverso (Kopenawa & Albert, 2019), pode contribuir para o debate sobre as potencialidades das redes digitais? E quais limitações a monocultura de seus usos pode acarretar?

Palavras-chave: Galáxia da Internet, Liberdade, Diversidade, Monoculturas, Controvérsias

1 Introdução: das riquezas da terra às riquezas das redes

Podemos explorar várias metáforas para descrever a Internet, mas uma delas, que defendemos, especialmente, neste trabalho, é a da terra como solo. Não uma terra estanque, mas em uma concepção relativa à riqueza e às potencialidades da terra como vida. Trata-se daquela terra rica em vida, em entidades vivas, como Davi Kopenawa (Kopenawa & Albert, 2019) afirma ser para o pensamento dos xamãs. Ou seja, uma imagem de terra que vai além da mente dos homens brancos, que vêem a natureza de forma limitada e, por isso, não se incomodam em destruí-la (Kopenawa & Albert, 2019). Esta visão limitada do sujeito eurocêntrico sobre a terra considera-a como simples e estanque, portanto, morta. Segundo Kopenawa e Albert (2019), no entanto, ela pode até parecer estar quieta e imutável, mas, na realidade, ela é viva e é daí que vem a sua beleza. A Internet, tendo como inspiração o pensamento de Kopenawa e Albert (2019), seria essa terra viva, complexa e bela e não aquela limitada, morta e passível de ser dominada, como no pensamento vigente do não indígena. A ideia da Internet como um actante – ou seja, um ator que age, deixa rastros e, de certa forma, é vivo, na perspectiva, por exemplo, de Bruno Latour (2012) – parece caber nesta formulação, assim como a compreensão Yanomami de terra.

A Internet, porém, parece estar cada vez menos viva, distribuída e autônoma, como a poderíamos considerar a partir da ideia da terra ou da galáxia infinita (Castells, 2003). De fato, não pretendemos, aqui, negar que a Internet se ampliou e se desenvolveu ao longo dos últimos anos. A questão é que, ao observarmos seus usos e possibilidades, para a população em geral, tal acesso se limita a alguns meios muito específicos, como as redes sociais. A limitação é ainda maior quando observamos que cada uma dessas redes possui suas próprias lógicas e sistemas limitados, levando a um fechamento em relação às potencialidades que a Internet do universo infinito poderia proporcionar, como se vê no caso brasileiro (CGI, 2023). Assim, neste artigo, propomos realizar uma comparação entre a lógica libertária e reticular dos princípios da Internet – que evoluiu para uma utopia do digital (Turner, 2006) – e a arquitetura fechada das redes sociais, principalmente aquelas do grupo Meta. No Brasil, este é o uso mais recorrente (CGI, 2019), a partir da noção de plataforma e suas dominações no campo da comunicação (Poell et al., 2020). Assim, a Internet vai se tornando cada vez mais limitada, como um recurso morto, ou como a terra na visão do branco, segundo Kopenawa e Albert (2019).

Como colocado por Vandana Shiva (2003, p. 15), “a principal ameaça à vida em meio à diversidade deriva do hábito de pensar em termos de monoculturas, o que chamei de ‘monoculturas da mente’”. Neste sentido, as monoculturas da mente contribuem fortemente para o fim da diversidade e o fim da diversidade implica no fim das diferentes alternativas (Shiva, 2003). Existe uma tendência de monocultura nas formas de uso da Internet. Esses usos, cada vez mais específicos e limitados, dados às “terras digitais” da Internet, têm relação com a colonização ou o adestramento desse espaço, no termo trazido por Antonio Bispo dos Santos (2023), em sua perspectiva quilombola:

Tanto o adestrador quanto o colonizador começam por desterritorializar o ente atacado, quebrando-lhe a identidade, tirando-o de sua cosmologia, distanciando-o de seus sagrados, impondo-lhe novos modos de vida e colocando-lhe outro nome. O processo de dominação é uma tentativa de apagamento de uma memória para que outra possa ser composta. (Santos, 2023, p. 2)

Aqui, o autor aborda a particularidade das terras e a noção de sagrado para os quilombolas. Mas seria possível extrapolar esta ideia para pensarmos sobre os caminhos perversos trilhados pelo que conhecemos como Internet? Neste artigo, ao observarmos o otimismo de autores do Norte Global sobre as potencialidades da Internet, ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000 (Castells, 2013; Lévy, 2003; Turner, 2006), procuramos compreender o motivo pelo qual, mesmo com a ampliação do acesso da população em geral, como é o caso do Brasil, a potencialidade infinita dos usos das redes digitais tem se limitado às lógicas privadas das redes sociais. Para isto, fazemos uma revisão bibliográfica de autores críticos do Sul Global, em contraposição a teóricos do Norte Global, para a criação de armas teóricas críticas ao pensamento moderno europeu monocultural (Shiva, 2003), estes últimos com foco em uma visão de progresso única.

Desse modo, traremos perspectivas ricas e complexas, utilizando conceitos e teorias formulados por autores do Sul Global fora do padrão eurocêntrico, com o objetivo de demonstrar os tensionamentos do mundo digital, por meio de reflexões a partir das metáforas sobre terra e biodiversidade (Kopenawa & Albert, 2019; Shiva, 2003; Santos, 2023). Tais perspectivas não necessariamente tratam especificamente do tema, mas buscamos demonstrar que tais conceitos podem ser um caminho frutífero para refletirmos sobre as redes digitais, principalmente no caso brasileiro. Pretendemos, assim, enriquecer o debate sobre as limitações dos usos do digital, buscando pensar em caminhos contra-hegemônicos.

2 Internet como rede de redes e a necessidade de voltar a complexificá-la

No pensamento Yanomami, o valor de fertilidade da floresta, ou seja, dessa constância e vitalidade, em que a terra é a sua base, vem do que chamam de *ně rope*, algo que o pensamento branco vigente não consegue enxergar (Kopenawa & Albert, 2019). Será possível encontrarmos algo próximo de *ně rope* em uma visão mais ampla, viva e complexa das redes digitais? Ou próximo da noção ampla de pura selva, como do povo Sarayaku, da Amazônia equatoriana, que observa a floresta também como antropogênica, de forma mais precisa “[...] mais-que-antropogênica, na medida em que diz respeito a territórios densamente povoados pelo rastro dos antepassados (*tayakkuma*), por seres humanos e extra-humanos enredados em redes de relações afetivas e ativas de cuidado, predação e precaução” (Santos, 2023, p. 163, parênteses do autor)? É interessante observarmos o conceito de pura selva para além de uma noção moderna limitante, pois a noção de pura selva dos Sarayaku pressupõe o movimento, as relações, e portanto, algumas contradições. Assim, como rede de redes complexas com relações humanas e extra-humanas, povoada de rastros de antepassados ou de relações já passadas, pode se encaixar com a metáfora-base da Internet, a de uma galáxia complexa.

Considerando as potencialidades das redes digitais, desde o início de sua popularização, ao longo da década de 1990, é importante ressaltarmos o quão impactante foi essa lógica reticular, distributiva e em rede – como um universo expandindo-se infinitamente – para a cultura, a economia e a sociedade em geral (Lévy, 1999; Castells, 2016; Di Felice, 2017). Foi a partir de tais tecnologias que começaram transformações nas lógicas das telecomunicações e dos meios de comunicação tradicionais, voltados a um modelo unidirecional para uma plateia receptora. Com a difusão das redes digitais, muito foi modificado, quebrando-se a lógica de comunicação *de um para muitos* e abrindo-se mais possibilidades, em uma perspectiva *de muitos para muitos*.

No início dos anos 2000, o filósofo francês Pierre Lévy (2008) observava as complexidades das redes digitais de uma forma bastante otimista, a partir da noção de que o ciberespaço nunca deixa de se ampliar, tomando, gradualmente, um ar universal. Não seria, porém, um universal limitante, mas aquele sem totalidade, que está sempre em movimento, nunca sendo completamente compreensível. Dentro dessas possibilidades, e com o aprofundamento das tecnologias multimidiáticas e uma lógica não linear, houve mais abertura para uma democratização não só do acesso à informação, mas também da produção de informação. A ideia de produções compartilhadas e coletivas foi surgindo e se estruturando com o ideal de uma inteligência coletiva (Lévy, 2003), próxima à ideia da floresta e da terra para o povo Yanomami (Kopenawa & Albert, 2019).

Com o uso das redes digitais, aspectos interessantes, criativos e construtivos se mostraram cada vez mais presentes em produções culturais nas regiões urbanas do Brasil, como no caso do tecnobrega, no Pará, que trouxe novidades interessantes às produções e aos negócios da música nacional (Lemos & Castro, 2012), ou o hip hop, em São Paulo. Ao longo da década de 2010, em relação às lutas políticas, pudemos

ver diversas manifestações pelo mundo, a partir das redes digitais, com novas formas de organização mais horizontalizadas e participativas (Castells, 2013; Di Felice, 2017). No Brasil, os exemplos mais visíveis dessa organização das lutas político-coletivas foram os protestos de junho de 2013 (Ortellado, 2013), a eclosão da Primavera Feminista (Pinheiro-Machado, 2019) e as ocupações de escolas no estado de São Paulo (Tori, 2021).

Todas essas questões demonstraram o impacto positivo e criativo de uma maior acessibilidade e democratização das redes digitais, principalmente com o uso dos celulares (Silveira, 2012). No entanto, ao mesmo tempo em que isto acontece, outras questões também se mostram prementes: o aumento dos ataques de ódio e do negacionismo em relação à ciência, a crescente difusão de desinformação e a fragilidade das democracias de países pelo mundo (Bennett & Livingston, 2018), sendo o Brasil um caso fundamental (Cesarino, 2020). Dessa forma, surge uma questão central: como a difusão das redes digitais pode ter relação com a produção coletiva e acesso amplo e quase infinito à informação, mas, ao mesmo tempo, difundir todos os outros problemas já mencionados? Onde está a vida, a fertilidade, a riqueza e a beleza dessas “terras digitais”? A democratização do acesso às redes tem, de certa forma, ocorrido. No entanto, os usos e possibilidades para as pessoas em geral limitam-se, praticamente, a algumas poucas redes sociais, com suas lógicas privadas, limitações e o fechamento em relação às potencialidades que a Internet aberta, livre, democrática e fértil poderia proporcionar, como se vê no caso brasileiro (CGI, 2023).

É possível dizer que os princípios do que conhecemos hoje como Internet emergiram ao longo da década de 1970, nos Estados Unidos da América, na criação de uma arquitetura de redes distribuídas, que surgiu em uma ousada e até inesperada somatória de um pedido militar com o pensamento libertário presente na região da Califórnia naquele mesmo período – com importantes universidades e a eclosão do movimento *hippie* (Castells, 2016). Para Fred Turner (2006), existe uma relação fundamental da noção de contracultura, na Califórnia daquele período, com grupos, como o *Whole Earth Network* e o surgimento da Cibercultura. Manuel Castells (2016) coloca que, a partir desta ampliação, começamos a viver em uma sociedade em rede e uma globalização de fato. Tal ideia tem exemplos reais, principalmente com a ampliação e a possibilidade das mais diversas formas de interação rápida em diferentes partes do mundo, a troca de dados e informações, além de acesso cultural cada vez mais amplo. Porém, como o próprio Lévy (2008) afirma, na Internet pode-se ter de tudo, nada é excluído, e é por esse motivo que precisamos ficar atentos, pois o fato de não existir um filtro faz com que todas as ideias, mesmo aquelas que podem ferir os direitos humanos, por exemplo, possam se apropriar de tais ferramentas. Trazendo a relação com a terra, podemos pensar sobre os agrotóxicos, que até podem ter funções importantes para uma racionalização do solo, sendo de grande validade para a agricultura, mas seu uso pode acabar por dominá-la e limitá-la cada vez mais. É necessário termos cuidado também com os possíveis agrotóxicos dentro das “terras digitais”.

Na década de 1990, teve início a popularização da Internet, mas o que de fato ampliou o acesso a ela foram o barateamento, a conectividade e a largura da banda nas gerações de telefones celulares (Castells, 2016). Neste sentido, os celulares passaram a ganhar uma grande capacidade de processamento (Silveira, 2012), como vimos ao longo dos anos 2000 com os *smartphones*. Philip N. Howard (2011), em análise sobre a importância do pensamento de Manuel Castells para o campo de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), pontua que a Internet, mesmo nos anos 2010, ainda não era, de fato, uma rede distribuída, como esses grandes pensadores acreditavam ser: “[...] países da África e da América Latina certamente possuem infraestrutura de informação, mas a conexão entre eles não é tão qualificada quanto a conexão da América do Norte e da Europa” (Howard, 2011, p. 6, tradução nossa). A desigualdade de acesso e produção nas redes digitais possui, em grande medida, origem geográfica. Ou seja, o desejo que o geógrafo brasileiro Milton Santos (2018) tinha, ainda na década de 1990, de uma outra globalização, contra-hegemônica, na qual as populações pobres do mundo deveriam se apropriar das ferramentas tecnológicas, com foco na Internet, ainda está longe de se transformar em uma realidade ampla e palpável. Portanto, o aumento do acesso à Internet pela população não seria uma solução suficiente para esta questão, pois uma abordagem qualitativa em relação a esse acesso ainda é vista como necessária.

3 Terra e diversidade como metáfora para as redes digitais?

Em algum sentido, a democratização do acesso à Internet está ocorrendo. No Brasil, no ano de 2022, por exemplo, 81% de toda população de 10 anos ou mais tinha algum acesso (CGI, 2023), sendo 74,5% da população em 2018, ou seja, seguindo uma tendência de aumento (IBGE, 2020). Mas é significativo que 99% da população com acesso à Internet, em 2022, o fazia via aparelho móvel e que 62% utilizavam apenas o celular para este fim (CGI, 2023). Outro dado importante, segundo a pesquisa TIC Domicílios (CGI, 2019), é que 93% das casas

no país já possuem acesso através de, pelo menos, um celular. Mas, ao examinarmos os dados dos seus usos, percebemos que 93% destes usuários a utilizam com aplicativos de mensagens instantâneas, sendo também o uso de redes sociais prioritário para 80% dos usuários, uma porcentagem bastante elevada (CGI, 2023).

Ao mesmo tempo em que os celulares estão ampliando o acesso à Internet, em escala global, cresce o número de mensagens de ódio e de governos da extrema direita pelo mundo, com uma alta tendência de difusão de *fake news*, ou desinformação. Isto tem acontecido em diferentes partes do mundo, como no caso da eleição de Donald Trump, em 2016 (Howard et al., 2016; Bennett & Livingston, 2018), e, no caso brasileiro, na eleição de Jair Bolsonaro, em 2018 (Cesarino, 2020). Diante de tais acontecimentos, a palavra pós-verdade foi considerada, em 2016, a palavra do ano, segundo a empresa *Oxford Dictionaries*. Além disso, os usuários ficaram mais expostos às fragilidades, no mundo do trabalho, com o uso excessivo de aplicativos na chamada uberização (SLEE, 2019). Estas questões têm surgido e se tornado cada vez mais centrais, em escala global, em uma aparente contradição: um aumento expressivo do acesso à Internet via celulares. O que isto pode significar? Democratizar precisa significar a diminuição da qualidade do acesso? Neste sentido, podemos pensar tanto na questão fundiária, quanto no acesso às redes digitais. No caso da terra, a Revolução Verde (Shiva, 2003) de fato trouxe benefícios e ganhos, mas exatamente para quem? Assim, é sempre importante observarmos as complexidades, as contradições e os atores de todo tipo de desenvolvimento: a quem de fato beneficiam?

É essencial nos atentarmos que a democratização da Internet está ocorrendo via celulares e que estes, em sua grande maioria, utilizam pacotes de dados com valores mensais para o acesso à Internet. Tais pacotes possuem limite de dados, mas muitos possibilitam a utilização ilimitada do Facebook e do Whatsapp, ambos da mesma empresa (Meta). Tal prática é chamada de *zero rating* e, segundo Belli (2015), não seria compatível com a neutralidade da rede prevista na Lei n. 12.965/2014 (Brasil, 2014), conhecida como o Marco Civil da Internet. A aceitação de tal prática, no Brasil, traz uma noção equivocada do que a Internet realmente é para uma grande parcela da população, que se limita a utilizar tais aplicativos e não consegue ir além deste uso quando o seu limite de dados é atingido. Assim, além de se restringir a estes aplicativos, torna-se também dependente deles, e a complexidade reticular da Internet, sua fertilidade e suas potencialidades para a população em geral vão sendo minadas.

Será que o grande problema está na ampliação do acesso da população às redes digitais? Com a quantidade de informações compartilhadas expandindo-se em escala inimaginável todos os dias, o mundo informacional, do qual fazemos parte, concede a primazia econômica, social e política aos que conseguem manipular quantidades cada vez maiores de dados e *bits* (Silveira, 2015). Grandes empresas, que atuam a partir do chamado *Big Data* e *Data Mining*, são as mais ricas, em escala global, afirma Silveira (2015), como é o caso da Meta ou da Google, por exemplo. Como funcionam tais empresas? O Facebook, a maior rede social do mundo, possui uma lógica própria dentro do seu espaço. Nele, sua arquitetura informacional impera e os usos só são efetivados dentro da lógica pensada e aceita pela empresa. Sabemos da importância do Facebook para os debates públicos atuais, mas o grande problema, segundo Silveira (2015), é que essa plataforma, que exerce importante papel de local virtual público de debates e articulações, possui um estatuto privado, o que lhe dá o poder de bloquear ou remover conteúdos por conta própria. Toda a lógica libertária e descentralizada das bases das redes da Internet é, inclusive, quebrada dentro do jardim murado dessas grandes redes sociais, como o Facebook, que são altamente centralizadas e pré-definidas (Silveira, 2015). O comum, portanto, não deve ser reivindicado somente para o acesso às terras, mas também ao mundo digital.

Como bem coloca Silveira (2017, p. 192), “a sociedade informacional se constitui com tecnologias que comunicam e controlam simultaneamente”. Ou seja, não devemos nos esquecer das complexidades e contradições políticas, sociais e técnicas que a sociedade em rede pode trazer. Esta total abertura abre a possibilidade de algumas partes e influências serem apropriadas por quem tem mais poder, tornando-as frágeis diante de grandes poderes econômicos (Silveira, 2017). Sendo a ideologia também parte importante da construção de tecnologias, observamos este aspecto no papel da Internet, que apresenta tendências à liberdade individualista – mais à direita –, mas também uma visão mais libertária com foco na participação coletiva – mais à esquerda. Estas tendências, no entanto, nunca ficam isoladas e dificilmente são reconhecíveis (Torres, 2019), constituindo, portanto, um emaranhado complexo, baseado também em ideologias políticas.

Considerando tais complexidades e contradições, como está sendo organizada a Internet mais recentemente? Segundo artigo de Luca Belli (2015), a Internet está se tornando, cada vez mais, um ambiente quase feudal, com espaços separados que não se intercomunicam e que possuem suas próprias regras ou leis – as monoculturas empobrecedoras que se expandem para todos os lados, como bem colocado por Vandana Shiva (2003). Apesar disso, ainda existem a liberdade de escolha do usuário dentro do ciberespaço e a preferência por aplicativos

ou serviços. Além de ser fundamental para o ideal libertário advindo das bases da construção da Internet, transmitir e receber ideias livremente é um direito humano (Belli, 2015). Mas tal direito só é assegurado, como afirma Belli (2015), pelo princípio da neutralidade de rede, que é o mecanismo jurídico que impõe que não haja gestão discriminatória no tráfego da Internet. Retomando o pensamento Yanomami,

O valor de fertilidade da floresta está na parte do solo que fica na superfície. Sai dela um sopro de vida úmido que chamamos *wahari*. Esse ar frio vem da escuridão do mundo de baixo, de seu grande rio, *Motu uri u*, e do ser do caos *Xiwãripo*. Seu dono é o espírito da floresta, *Urihinari*. (...). Dizemos que isso é a pele da floresta. Assim, quando os brancos a arrancam com seus tratores, logo só resta pedregulho e areia nas profundezas da terra, e a umidade vai embora. Esse orvalho fresco é um líquido como o esperma. Ele emprenha as árvores, penetrando em suas raízes e em suas sementes. É ele que as faz crescer e florescer. Se vier a acabar, a terra perderá seu cheiro de fertilidade e ficará estéril. (Kopenawa & Albert, 2019, pp. 470-471).

A Internet, como um emaranhado complexo e rizomático (Di Felice, 2017; Lévy, 2008), é fértil, viva e bonita, assim como a terra como pele da floresta, no pensamento Yanomami. Por isto, a destruição desta riqueza e beleza pelo pensamento hegemônico vigente é um perigo também para a esterilidade das potencialidades do ambiente virtual.

De fato, o pensamento vigente e economicamente hegemônico que predomina nas redes digitais, a partir de redes sociais, tem um ar de vida, crescimento e de participação, mas é próximo das árvores que os brancos plantam, ou seja: “[...] mangueiras, coqueiros, laranjeiras e cajueiros não sabem chamar chuva. Elas crescem mal, espalhadas pela cidade, em estado de fantasma” (Kopenawa & Albert, 2019, p. 471). É possível fazer uso de tal metáfora a partir das plantações de eucalipto, que são verdes e parecem ricas, mas, na realidade, empobrecem o solo e só servem como mais produtivas e lucrativas dentro da lógica capitalista (Shiva, 2003). As redes sociais têm vida, têm a sua importância, mas, em suas próprias lógicas totalmente dominadas e limitantes, estão apartadas da riqueza do ecossistema complexo e rico em que poderiam estar. É uma vida apartada, controlada e que não pode ser autogestionada. Não é rica e fértil como poderia ser, podendo até mesmo empobrecer o ambiente. É, portanto, como uma monocultura ou, mais precisamente, como as plantações de eucalipto, já que servem para produzir uma uniformidade que acaba com a riqueza da biodiversidade (Shiva, 2003).

77

4 Da luta pela diversidade da terra à diversidade do ambiente digital

Kopenawa e Albert (2019) afirmam que, quando os homens brancos escavam os leitos dos rios, desmatam suas margens e enfumaçam as árvores com seus motores, acabam por expulsar a riqueza da floresta, deixando-a doente. Observamos, nesse caso, a tecnologia do homem ocidentalizado e branco sendo utilizada com uma perspectiva de progresso, mas que, na realidade, está destruindo a vida, a riqueza e beleza da complexidade da natureza e suas terras. De uma forma bem lateral, vemos o ambiente rico, vivo e complexo da Internet perdendo vitalidade, expansão e beleza, por causa de grupos econômicos muito fortes – certamente também de homens brancos –, limitando suas potencialidades para pequenos usos, muito mais fáceis de serem dominados, mas também muito empobrecedores, diante das suas potencialidades. É como fez a chamada Revolução Verde quando quase conseguiu padronizar a agricultura em uma escala global, tornando-se mais rentável e lucrativa, principalmente com o uso exagerado de agrotóxicos, mas que, no fundo, estava acabando com a riqueza da diversidade da natureza, além de adoecer o ambiente, os animais e as pessoas (Shiva, 2003). Até que ponto, de fato, esta perspectiva única de progresso é universalmente positiva?

Estes são exemplos de como a ideia de progresso constante e de desenvolvimento retilíneo, advinda da ideologia moderna europeia, não é, na realidade, universal, como gostariam, mas bastante limitante por seguir apenas uma forma de conhecimento e de viver. Esta é a ideia de monocultura do saber e da mente, formulada por Vandana Shiva (2003). Diante do desenvolvimento, que destrói muitas comunidades indígenas no Brasil, por exemplo, alguns grupos que tentam viver isoladamente do mundo dito civilizado acabam sendo encurralados por este mesmo desenvolvimento (Cunha, 2019). De uma forma bem menos impactante, podemos ver as falhas desta noção de desenvolvimento e progresso cumulativo, diante das potencialidades e possibilidades que a Internet trazia nos seus primeiros usos e da forma limitada aonde este desenvolvimento a tem levado.

É importante notarmos que os povos indígenas e outras comunidades tradicionais são grandes provedores de diversidade de plantas agrícolas, trazendo riquezas para a terra e para o consumo, a chamada agrobiodiversidade, que é base para a segurança alimentar (Cunha, 2019). O que pode ser visto como pouco desenvolvido, segundo a visão capitalista, é, na realidade, a riqueza da terra e da diversidade

trazida por esses povos, contra a monocultura empobrecedora (Shiva, 2003). A diversidade, a multiplicidade e a riqueza da reticularidade das redes digitais também vêm se empobrecendo com as monoculturas, divisões e apropriações privadas das redes sociais, que dominam a Internet atualmente. Assim como a floresta, que, para o povo Sarayaku, é composta por uma complexa rede de seres vivos, além dos humanos, em amplas relações de comunicação (Santos, 2023), a Internet também deve retomar essa complexidade de relações entre seus actantes (Latour, 2012), para a ampliação de suas potencialidades, como uma galáxia rica, sem donos, cheia de contradições, mas com muitas possibilidades para apropriações diversas.

No capitalismo de plataforma, cada vez mais monocultural, as grandes empresas – cujo foco são as maiores redes sociais – utilizam das melhores ferramentas tecnológicas para conseguir obter o máximo de atenção das pessoas, de forma cada vez mais personalizada. Isto se dá por meio da obtenção de dados pessoais, com o discurso de melhorar ao máximo a experiência do usuário, mas armazenando detalhes da vida de cada um e ainda formando cada vez mais as chamadas bolhas, reunindo pessoas que pensam de forma semelhante (Silveira, 2017). Assim como a construção e o desenvolvimento da Internet não foram neutros, mas baseados em ideologias que podem se entrelaçar (Torres, 2019), os algoritmos, que no senso comum parecem ser tecnologias neutras, na verdade não o são e “trazem as determinações impostas pelos seus programadores” (Silveira, 2017, p. 1332). Pois, de fato, os algoritmos estão sempre enredados por outros actantes (Silveira, 2019). Neste sentido, faz-se necessária a abertura de tais tecnologias, uma vez que seus usuários têm o direito de conhecer as bases dos códigos que são utilizados (Silveira, 2017).

Os algoritmos ganharam ainda mais centralidade com a explosão de redes sociais por todo o mundo. É a partir deles que se organiza a distribuição de conteúdos publicados pelos usuários e pelos anúncios recebidos. Não existe, portanto, uma experiência comum a todos nas redes sociais, e os usos são cada vez mais únicos (Silveira, 2019). Isto gera mais valor para as redes sociais. Segundo Silveira (2017, p. 86), “[...] a sociedade informacional, pós-industrial, enredada por tecnologias cibernéticas modificou o mercado capitalista a ponto de torná-lo dependente de uma microeconomia da interceptação de dados pessoais”. As contradições, realmente existentes, de tais acontecimentos são apagadas, pois a experiência específica dos usuários é tornada mais eficiente. Ao mesmo tempo, com essas mesmas formas de atuação, são criadas “[...] exclusões e custos socialmente inaceitáveis” (Silveira, 2017, p. 91). Neste aspecto da centralidade das grandes redes sociais na vida da população em geral, com o controle tão profundo dos dados pessoais pelas grandes corporações, qual pode ser o poder de influência delas na sociedade e na política? Além disso, “o fim da privacidade nada mais seria que a indiferenciação entre o espaço privado e o espaço público” (Silveira, 2017, p. 239). Este processo acelera, de forma inédita, a mercantilização da vida (Silveira, 2017). Como bem afirma o autor, a Internet é a grande expressão de ambivalências e, portanto, de complexidade e controvérsias que as tecnologias podem trazer. Assim, a luta pelo acesso à Internet é fundamental para a ampliação e democratização, de fato, das ferramentas de tecnologia e informação.

Lembremos que, antes da Internet, as empresas de telecomunicação somente serviam para a telefonia e, uma vez que o cabo telefônico só transmitia o som da chamada, não existiam motivações para planos diferenciados. Por isso poderíamos dizer que a operadora de telefonia era neutra em relação ao que passava por suas redes (Silveira, 2017). No entanto, “[...] com o avanço da Internet, as operadoras tentam não somente vender a quantidade e a velocidade de dados que passam por seus cabos, mas também querer poder filtrar o que passa e vender planos diferenciados para alguns tipos de aplicação” (Silveira, 2017, p. 466). A neutralidade de rede passa a ser, portanto, a única ferramenta que garante que aqueles que controlam a infraestrutura de comunicação não interfiram na distribuição da informação, que, na prática, acaba influenciando a democratização do acesso de fato à Internet (Silveira, 2017; Belli, 2015). A neutralidade se verifica na garantia de não priorização de nenhum conteúdo nas estruturas de telecomunicações, possibilitando, assim, a maior democratização e distribuição das informações na rede (Torres, 2019).

Como afirma Torres (2019), a ideologia da Internet livre e aberta é complexa e possui discursos de campos bastante distintos. Portanto, não é simples separá-los, e nem faria sentido fazê-lo. As contradições e complexidades de tal debate fazem parte dele, já que as tecnologias são dispositivos de poder, como coloca Silveira (2017). Neste sentido, o capital informacional amplia sua reprodução com a Internet, e quem o possui são as empresas de tecnologia que buscam mais acesso pelo mundo. No entanto, essas empresas não convivem bem com o “potencial interativo distribuído, que assegura uma comunicação livre e um conjunto de articulações de coletivos ativistas e de dissidentes do sistema socioeconômico” (Silveira, 2017, p. 1397). Portanto, as contradições e controvérsias são fundamentais para a compreensão da Internet e seus mecanismos, lembrando que a importância de sua abertura é também uma fragilidade para grandes poderes e seus

interesses distintos. O pensamento vigente afirma que a floresta tropical seria um caos e, portanto, nada produtiva, sendo necessária uma organização mais efetiva, a partir das tecnologias monoculturais, para que possa ter mais produtividade, controle e riqueza (capital) (Shiva, 2003). Mas, e quanto à riqueza da biodiversidade da natureza e da vida?

Retomamos a ideia de adestramento ou colonização, trazida por Antonio Bispo dos Santos (2023):

Há adestradores que batem e há adestradores que fazem carinho; há adestradores que castigam e adestradores que dão comida para viciar, mas todos são adestradores. E todo adestramento tem a mesma finalidade: fazer trabalhar ou produzir objetos de estimação e satisfação. Contudo, não são todos os animais que conseguimos adestrar. (Santos, 2023, p. 2)

Dar a possibilidade de acessarmos as redes sociais de modo aparentemente gratuito é uma forma de adestramento com carinho, ainda mais quando nos alimentam com a sensação de algum tipo de satisfação. Mas até que ponto estamos de acordo ou aproveitando da melhor maneira a riqueza de tal galáxia complexa?

5 Considerações finais

Com bem descrito por Jerá Guarani (2020) ao discorrer sobre a retomada da aldeia *Kalipety*, em São Paulo, pelo seu povo – a qual acabou sendo reconhecida como terra indígena pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e, posteriormente, pelo Ministério da Justiça –, podemos ver que a primeira coisa que fizeram nessa retomada foi plantar nas terras, e o fizeram com muita alegria, a partir da diversidade de sementes que trocaram em diferentes feiras. A terra era, de fato, muito grande, mas estava degradada por causa das grandes plantações de eucalipto praticadas, na região, por posseiros (Guarani, 2020). No entanto,

começamos a tratar a terra e prepará-la com adubo orgânico, adubo verde (...). Em seis anos conseguimos recuperar mais de 50 variedades de batata doce e mais de nove tipos de milho. Plantamos também amendoim, banana verde, mandioca e plantas que os *Juruá* (homens brancos) chamam de PANCs (plantas alimentícias não convencionais). (Guarani, 2020, pp. 5-6, parênteses do autor)

Ou seja, o progresso civilizacional da modernidade europeia, focado na monocultura e degradação da terra, foi salvo pela considerada selvageria do povo Guarani *Mbya*, que trouxe de volta a riqueza da diversidade e da vida. Por isso, é importante o convite, feito por Jerá Guarani (2020), de se chamarem cada vez mais pessoas a se tornarem selvagens.

Precisamos lutar para que algo próximo da imagem de fertilidade *ně rope* do pensamento Yanomami possa tornar-se um exemplo a ser seguido e que o ambiente rico, amplo, fértil e diverso da Internet, que, no início, aproximava-se disso, possa tomar outros caminhos para a diversidade de pensamentos e usos dos diferentes povos do planeta Terra. Para isso, é preciso que o pensamento branco vigente não domine completamente as possibilidades das redes digitais, cabendo aqui a visão de Milton Santos (2018) sobre a importância da reapropriação, e não a negação de tais tecnologias pelas populações periféricas, em sentido amplo. Como Jerá Guarani (2020) afirma, tudo que é ruim no mundo vem dos *Juruá* – ou não indígenas –, mas há coisas boas de sua cultura também e é possível crescer e desenvolver-se incorporando-as parcialmente: “Eu queria mostrar para o meu povo que podemos aprender a cultura do outro para nos defender melhor (...)” (Guarani, 2020, p. 9). Próximo desta ideia, Bispo dos Santos (2023) também acredita que, para defender-se da sociedade colonialista, é necessário transformar as armas dos inimigos em defesa. Assim como o povo Sarayaku, Santos (2023) defende a não imposição de uma forma de vida ou um único mundo possível e universal, mas possibilidades de vários mundos, convivendo e aprendendo entre si, contra essencialismos e universalismos. Neste aspecto, é preciso que a Internet retome a sua confluência, que é

[...] a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito [...]. Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia. (Santos, 2023, p. 4)

A ideia de Galáxia da Internet (Castells, 2003) pode voltar a caber nesta visão. Uma Internet que abarque vários mundos dentro de seu entrelaçamento de redes e rizomas poderia trazer usos mais ricos, democráticos e complexos para a diversidade do planeta, a partir dos usos e apropriações de suas ferramentas, que deveriam ser abertas, livres e sempre reestruturadas e não focadas em formas limitadas, controladas e uniformes, como em uma monocultura, nas palavras de Vandana Shiva: “Na verdade, as monoculturas são uma fonte de escassez e pobreza, tanto por destruir a diversidade e as alternativas, quanto por destruir o controle descentralizado dos sistemas de produção e consumo” (Shiva, 2003, p. 17).

O objetivo deste artigo foi o de retomar o pensamento crítico de pensadores do Sul Global, como Vandana Shiva, Davi Kopenawa, Antonio Bispo dos Santos e Jerá Guarani, como exemplos de como a perspectiva de progresso único do homem branco (Kopenawa & Albert, 2019) e eurocêntrico ajuda a limitar as potencialidades de suas próprias tecnologias, como no caso da Internet, e de suas reflexões. A metáfora dos saberes, da terra e da diversidade trazida por esses autores demonstra caminhos para apropriações, maior beleza, riqueza e usos contra-hegemônicos para a rede de redes do mundo digital, assim como a terra base das florestas, aberta e caótica, mas cheia de vida e de beleza (Kopenawa & Albert, 2019), não se limitando ao uso controlado de poucos aplicativos e redes sociais, como é o caso do Brasil atual.

Referências

- Belli, L. (2015, 17 de junho). Da neutralidade de rede ao feudalismo na rede. *FGV DIREITO RIO - CTS: Artigos jornalísticos*. <https://hdl.handle.net/10438/16670>
- Bennett, W. L. & Livingston, S. (2018). The Disinformation Order: Disruptive communication and the decline of democratic institutions. *European Journal of Communication*, 33(2), 122–139. <https://doi.org/10.1177/0267323118760317>
- Brasil (2014). *Lei Nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm
- Castells, M. (2003). *A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Castells, M. (2016). *A sociedade em rede* (17ª ed.). São Paulo: Ed. Paz e Terra.
- Castells, M. (2013). *Redes de Indignação e Esperança*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.
- Cesarino, L. (2020). Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. *Internet & Sociedade*, 1(1), 91–120. <https://revista.internetlab.org.br/serifcomo-vencer-uma-eleicao-sem-sair-de-casa-serif-a-ascensao-do-populismo-digital-no-brasil/>
- CGI - Comitê Gestor da Internet no Brasil. (2019). Domicílios que possuem equipamento TIC. *TIC Domicílios*. <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2019/domicilios/A/>
- CGI - Comitê Gestor da Internet no Brasil. (2023). Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros. *TIC Domicílios*. <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2023/domicilios/>
- Cunha, M. C. (2019, Janeiro). Povos da Megadiversidade: o que mudou na política indigenista no último meio século. *Revista Piauí*, (148). <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/povos-da-megadiversidade/>
- Di Felice, M. (2017). *Net-ativismo: Da ação social para o ato conectivo*. São Paulo: Paulus Editora.
- Guarani, J. (2020, Julho). Tornar-se selvagem. *Piseagrama*, (14), 12–19. <https://piseagrama.org/artigos/tornar-se-selvagem/>
- Howard, P. N. (2011). *Castells and the Media* (1st ed.). Cambridge: MPG Books Limited.
- Howard, P. N., Wooley, S., & Calo, R. (2016). Algorithms, Bots, and Political Communication in the US 2016 Election: The challenge of automated political communication for election law and administration. *Journal of Information Technology & Politics*, 15. <https://doi.org/10.1080/19331681.2018.1448735>
- IBGE. (2020). *Uso de internet, televisão e celular no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE Educa.
- Kopenawa, D. & Albert, B. (2019). *A Queda do Céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Latour, B. (2012). *Reagregando o Social: Uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador: EDUFBA; EDUSC.
- Lemos, R., & Castro, O. (2012). *Tecnobrega: O Pará reinventando o negócio da música* (1ª ed.). São Paulo: Hunter Books.
- Lévy, P. (2003). *A inteligência coletiva: Por uma antropologia do ciberespaço* (4ª ed.). São Paulo: Edições Loyola.
- Lévy, P. (1999). *Cibercultura*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Lévy, P. (2008). Prefácio. In: Lemos, A. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea* (4ª ed.). Porto Alegre: Editora

Sulina.

Ortellado, P. (2013). Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In: Judensnaider, E., Lima, L., Ortellado, P., & Pomar, M. 20 centavos: a luta contra o aumento (1ª ed.). São Paulo: Editora Veneta.

Pinheiro-Machado, R. (2019). *Amanhã vai ser maior: O que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual* (1ª ed.). São Paulo: Ed. Planeta.

Poell, T., Nieborg, D., & Dijck, J. V. (2020, Janeiro-Abril). Plataformização. *Revista Fronteiras - Estudos midiáticos*, 22(1), 2-10. <http://doi.org/10.4013/fem.2020.221.01>

Santos, A. B. (2023). *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu e Piseagrama.

Santos, M. G. (2023). *Conversas com florestas viventes: política, gênero e festa em Sarayaku (Amazônia equatoriana)*. Tese de doutorado em Antropologia Social, São Paulo, FFLCH/USP. <http://doi.org/10.11606/T.8.2023.tde-29092023-153658>

Santos, M. (2018). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* (28ª ed.). Rio de Janeiro: Record.

Shiva, V. (2003). *Monoculturas da mente: Perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaya.

Silveira, S. A. (2019). *Democracia e os códigos invisíveis: Como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas* (1ª ed.). São Paulo: Coleção Democracia Digital, Edições Sesc SP.

Silveira, S. A. (2015). Interações públicas, censura privada: o caso do Facebook. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 22, 1637–1651. <http://doi.org/10.1590/S0104-59702015000500006>

Silveira, S. A. (2012). Parte III: Aspectos da cibercultura. In: A. K. M. Pinezi, C. L. C. Penteado & S. A. Silveira (Eds.), *Cultura, Tecnologia, Redes e Espaços de Sociabilidade e Socialização*. Santo André: Editora UFABC, Pró-reitoria de Extensão.

Silveira, S. A. (2017). *Tudo sobre tod@s: Redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais* (1ª ed.). São Paulo: Edições Sesc SP.

Slee, T. (2019). *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado* (1ª ed.). São Paulo: Editora Elefante.

Tori, L. A. (2021). *Ocupações, o uso de tecnologias de Informação e Comunicação e a Construção de Redes no Movimento Secundarista de São Paulo em 2015* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <http://doi.org/10.11606/D.8.2021.tde-25052021-105748>

Torres, A. L. (2019). *A Internet livre e aberta como ideologia: o debate da neutralidade de rede no Brasil e nos Estados Unidos* [Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <http://doi.org/10.11606/T.8.2019.tde-25032019-115902>

Turner, F. (2006). *From the Counterculture to Cyberculture: Stewart Brand, the Whole Earth Network, and the rise of digital utopianism*. Chicago: The University of Chicago Press.